

CORREIO ECONÔMICO

POR MARCELLO SIGWALT



Trajetória recente aponta deterioração de contas públicas

Fazenda admite que rombo fiscal cresceu para R\$ 74,7 bi

Os analistas de mercado financeiro ouvidos mensalmente pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda projetam que o governo entregará um resultado primário com déficit de R\$ 74,724 bilhões em 2025. A estimativa mostra um cenário menos favorável em relação ao documento anterior, de maio, que projetava um rombo de R\$ 72,7 bilhões, mas

ainda distante da meta fixada para este ano. Os dados constam do boletim Prisma Fiscal de junho, divulgado nesta sexta-feira (13). As informações foram coletadas até o quinto dia útil do mês de junho.

Inicialmente, o governo pretendia zerar o déficit em 2024 com o novo arcabouço fiscal, e gerar superávit já a partir de 2025. Mas, em 2024, alterou a meta fiscal para 2025.

No azul?

Para 2026, o Prisma projeta um resultado pior em relação ao mês anterior. O mercado estima um déficit de R\$ 81,488 bilhões em maio, a projeção era de rombo de R\$ 80,7 bilhões. O governo espera fechar as contas no azul no ano que vem, com superávit fiscal de 0,25% do PIB.

Receita sobe

As previsões do mercado para as receitas federais em 2025 passaram de R\$ 2,848 trilhões para R\$ 2,863 trilhões. Para 2026, a projeção caiu de R\$ 3,028 tri para R\$ 3,051 tri. O governo central estimou que a receita líquida em 2025 subiu de R\$ 2,313 tri para R\$ 2,317 tri.



Mercado ‘aposta’ que ciclo de alta dos juros acabou

USB BB: Copom deverá encerrar ciclo de alta da Selic

A Selic deve ser mantida em 14,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) na próxima reunião, na quarta-feira (18), segundo projeção do UBS BB. O time de analistas do banco aponta que a decisão deve marcar o fim do ciclo de alta de juros no Brasil.

O BC afirmou que “o comitê seguirá vigilante”.

Início da queda

Na visão do UBS BB, o que importa agora é a partir de quando o BC dará início a um ciclo de redução da taxa básica de juros, o que não deve ocorrer antes de abril de 2026, de modo que a inflação convirja à meta de 3% no horizonte relevante para a política monetária.

Recuo

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) caiu 0,3 ponto, de 48,9 pontos para 48,6 pontos, de maio a junho, informou a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Com o resultado, a indústria chega ao sexto mês consecutivo sem confiança.

Ritmo

“Quando o BC começar a cortar a Selic, será em um ritmo de 50 pontos-base por reunião, com a taxa chegando a 11,75% em 2026, até chegar a 9%, no longo prazo”, diz o UBS, para quem o IPCA ficará acima da meta em 2025 e também em 2026, com alta de 5% e 4%, respectivamente.

Viés negativo

Um dos subíndices do ICEI, o índice de condições atuais subiu 0,1 ponto (44,1 pontos). Abaixo de 50 pontos, o indicador aponta avaliação negativa de empresários e empresas sobre o momento da economia. Já o índice de expectativas recuou 0,4 ponto (50,9 pontos).

TCU adverte governo sobre distorção no cálculo fiscal

Ministros veem equívocos no cálculo do déficit das contas federais

Por Marcello Sigwalt

O uso recorrente de uma ‘metodologia’ propositalmente equivocada - com o objetivo de justificar uma suposta dificuldade de contingenciamento de recursos orçamentários - voltou a ser alvo de advertência, na última quarta-feira (11), do Tribunal de Contas da União (TCU) contra o governo federal, que já havia utilizado ‘expediente’ semelhante em relatórios encaminhados no ano passado.

A motivação maior do novo alerta é a insistência do Planalto em tomar como referência o limite inferior e não o centro da meta de resultado primário, como critério para efetuar o eventual congelamento de verbas do Orçamento.

A celeuma ganhou relevo por ocasião da análise das contas federais, pelo ministro-relator Jhonatan de Jesus, que apontou o erro no acordão que permitiu a aprovação, com ressalvas, das mencionadas contas.

A despeito do ‘surraído’ discurso de ‘déficit fiscal zero’, a



Tribunal alerta Executivo sobre o uso equivocado da banda inferior para o resultado primário

tramoia palaciana abriu margem para um ‘rombo’ de R\$ 31 bilhões, o equivalente a 0,25% do PIB (Produto Interno Bruto). Na verdade, tal ‘ralo’ tornou-se possível devido à ‘complacência da nova regra fiscal, de aplicar um resultado fiscal inferior ao previsto pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), estabelecida pelo

CMN (Conselho Monetário Nacional).

Ao se reportar ao congelamento previsto pelo governo, ainda no 1º relatório bimestral de receitas e despesas, no mês passado, o ministro Jorge Oliveira apontou que “o contingenciamento anunciado, de R\$ 20,7 bilhões, mira no limite inferior da meta”, de maneira semelhante ao

ocorrido nos relatórios de 2024.

Incisivo em seu voto, Oliveira assinalou que “a adoção do limite inferior da meta como referência para a condução da política fiscal pode elevar o risco de descumprimento das metas fiscais, afetar a credibilidade do arcabouço fiscal e comprometer a gestão de exercícios futuros”.

Piora a expectativa sobre a economia

A parcela de brasileiros que acredita em uma piora da economia nos próximos seis meses voltou a subir, passando de 34% para 39% entre dezembro de 2024 e junho deste ano, segundo pesquisa Ipsos-Ipec. O aumento do pessimismo ocorre em meio a avaliações majoritariamente negativas da gestão do mandatário petista, em áreas como: inflação, segurança e geração de empregos.

Esse é o maior nível de expectativas negativas desde setembro de 2023, quando somavam 27%. Somado a isso, apenas 31% esperam melhora daqui a seis meses, que também representa uma queda em relação aos 39% consultados no final do ano passado. Já a sensação de estabilidade aumentou de 22% para 24%.

A percepção de piora do cenário econômico já é sentida: o percentual de brasileiros

que consideram o cenário atual mais negativo do que há seis meses subiu de 40% para 49% em junho. Ao mesmo tempo, caiu de 28% para 23% a fatia dos que veem melhora no período. Para 26%, a situação está igual.

A piora das expectativas vem acompanhada de avaliações negativas sobre áreas da administração federal.

Na segurança pública, a proporção dos brasileiros que

consideram a atuação do governo “ótima” ou “boa” em junho caiu de 24% para 20%, em comparação com março deste ano.

A avaliação negativa permanece alta, com mais da metade dos entrevistados (52%) classificando o desempenho como “ruim” ou “péssimo”.

Já na área da saúde, subiu de 46% para 48% o número de brasileiros que enxergam piora nos serviços prestados.

Mercado ‘alavanca’ a infraestrutura



Iniciativa privada hoje responde por 2/3 do setor no país

Até o fim de 2025, os investimentos privados devem responder por 72,2% do valor total aportado em infraestrutura no país, sobretudo em energia, transportes e saneamento. A estimativa é que a infraestrutura receba R\$ 277,9 bilhões neste ano.

A projeção está em estudo inédito da Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgado nesta sexta-feira (13). De acordo com os dados, encomendados à Inter B Consultoria, a iniciativa privada respondeu por 70,5% dos R\$ 266,8 bilhões investidos em infra no ano passado. Desde 2019, o capital privado responde por mais de 70% dos recursos destinados à infraestrutura e logística no Brasil.

Apesar dos avanços, a infraestrutura nacional ainda precisa superar deficiências para que o país possa concorrer internacionalmente e garantir

a efetiva inclusão nas cadeias globais de valor. Entre as dificuldades, estão entraves regulatórios, demora no processo de licenciamento ambiental e investimentos insuficientes.

“O crescimento dos investimentos públicos e privados é uma etapa importante para

promover a adequação da infraestrutura no país, mas não é suficiente”, destaca o presidente da CNI, Ricardo Alban.

“O ambiente de negócios deve ser mais atrativo. Hoje, lidamos com juros altíssimos, que desestimulam o investimento produtivo e encarecem

o crédito. São dois dos maiores problemas do Custo Brasil, que freiam nossa capacidade de modernizar a infraestrutura”, complementa Alban.

Pensar em soluções para diminuir as ineficiências nesse setor é uma necessidade urgente. Hoje, um dos maiores problemas que enfrentamos são os juros excessivamente altos e as condições macroeconômicas desfavoráveis. A melhoria da infraestrutura significará ganhos de bem-estar para as famílias, redução das desigualdades, maior competitividade das empresas e crescimento sustentado da economia”, acrescenta o dirigente da CNI.

Os investimentos em infraestrutura – somados público e privado –, em 2024, corresponderam a 2,27% do Produto Interno Bruto (PIB), alta de 0,24 ponto percentual do PIB em relação ao início do quadriênio 2021-24.

Serviços têm perda de ‘tração’ em abril

O volume de serviços no país variou 0,2% em abril de 2025 na comparação com o mês anterior, quando havia avançado 0,4%. Esse é o terceiro resultado positivo em sequência, com ganho acumulado de 1,5%. Frente a abril de 2024, o setor se expandiu 1,8%, 13ª taxa positiva consecutiva. A variação positiva no mês foi puxada, principalmente, pela atividade de transportes, que cresceu 0,5%. Com o resultado

de abril, o setor de serviços se encontra 0,2% abaixo do ponto mais alto de sua série, alcançado em outubro de 2024. O volume total de serviços está 17,3% acima do patamar pré-pandemia, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE.

A atividade de transportes (0,5%) foi a única a avançar em abril. Foi o terceiro resultado positivo seguido, com ganho acumulado de 2,8%. As demais tiveram resultados

negativos. Outros serviços (-2,3%), que registrou a segunda queda consecutiva, teve perda acumulada de 2,6%. Os demais recuos vieram de profissionais, administrativos e complementares (-0,5%), informação e comunicação (-0,2%), e serviços prestados às famílias (-0,1%), com todos eliminando pequenas parcelas de ganhos acumulados em meses recentes: de 1,8%, no primeiro setor; de 3,9%, no se-

gundo; e de 2,0%, no último.

“Em abril, o resultado positivo do setor de serviços (0,2%) se junta aos aumentos observados nos meses de fevereiro e março, acumulando alta de 1,5% nos últimos três meses. A trajetória recente do setor reflete a melhora de transportes e maior dinamismo dos serviços de tecnologia da informação e serviços técnico-profissionais”, destaca o analista da pesquisa, Luiz Almeida.